

Plano Brady revigora negócios

GAZETA MERCANTIL

da The Economist

Os chefões de quase todos os grandes bancos do centro financeiro dos Estados Unidos ficam de cabelos em pé de tanta raiva a qualquer menção do assim chamado Plano Brady. Eles se irritam com os estornos ("write-offs") que foram obrigados a fazer nos seus portfólios de dívidas de países em desenvolvimento e também com as perspectivas de doses maiores deste mesmo remédio, caso a iniciativa do secretário do Tesouro dos Estados Unidos para reduzir a dívida de países como o Brasil, a Argentina e o México chegue a frutificar como se espera que ocorra.

No dia 3 de maio, o lobby dos principais banqueiros, o Instituto de Finanças Internacionais, sediado em Washington, publicou o seu relatório mais radical até o momento a respeito do Plano Brady, condenando-o por impor as dores do perdão da dívida aos bancos comerciais, sem lhes dar o apoio financeiro que eles tanto desejam por parte do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. No entanto, apesar do desprezo por parte dos responsáveis pelas decisões políticas nos bancos, existe um entusiasmo pelo plano em meio a um grupo dos seus subordinados que vivem mais com os pés no chão: os responsáveis pelas comercializações das dívidas do Terceiro Mundo.

O mercado secundário da dívida do Terceiro Mundo está em franca ebulição. Há apenas um ano o índice das dívidas dos países em desenvolvimento, feito pela Salomon Brothers, estava no seu ponto mais baixo, em 30 centavos por dólar. Atualmente, este índice subiu em quase uma quarta parte para 37 centavos. E a

movimentação durante os cinco primeiros meses deste ano aumentou em aproximadamente 5 a 10% em relação ao mesmo período do ano passado. Durante todo o ano passado, o volume de comercialização foi de US\$ 60 bilhões (valor nominal), o que representou um aumento de 50% em relação aos níveis de 1988.

Os negociadores da dívida do Terceiro Mundo acreditam que o Plano Brady é, de longe, o principal motivo para o novo vigor no mercado deles. A confiança e os preços estão em níveis que dificilmente poderiam ter sido imaginados sem os pactos realizados com o México, as Filipinas, a Costa Rica e Venezuela. Os investidores gostam das garantias oficiais de crédito que atualmente estão servindo de apoio para uma grande parte das dívidas destes países junto aos bancos comerciais. No início de março de 1989 (antes do Plano Brady), os títulos mexicanos estavam sendo negociados por aproximadamente 33 centavos por dólar. Atualmente, os bônus mexicanos que servem de parâmetro estão sendo vendidos por aproximadamente 44 centavos por dólar.

O impacto mais claro do Plano Brady foi o de encorajar uma maior "securitização" da dívida do Terceiro Mundo em bônus. Antes do Plano Brady havia cerca de US\$ 275 bilhões em empréstimos concedidos ao Terceiro Mundo, disponíveis para a comercialização.

Os acordos feitos com o México e com a Costa Rica transformaram cerca de US\$ 50 bilhões destes empréstimos em cerca de US\$ 30 bilhões em bônus. Assim que a Venezuela decidir como irá usar o seu pacto e caso o Brasil assi-

nar um acordo de redução de dívida no próximo outono, segundo as melhores estimativas, haverá cerca de US\$ 80 bilhões em bônus do Terceiro Mundo sendo negociados no mercado secundário até fins de 1990.

Um "pool" grande e líquido de bônus do Terceiro Mundo deverá atrair rapidamente os investidores institucionais. Os bônus de alto rendimento do Terceiro Mundo incluem poucos motivos de terror para as grandes empresas seguradoras dos Estados Unidos. Juntamente com as empresas japonesas de "leasing", elas têm adquirido uma parte dos bônus emitidos pelos países do Terceiro Mundo no decorrer dos últimos quinze anos.

Uma oferta saudável de bônus do Terceiro Mundo também deverá atrair uma série de novos investidores através dos fundos de bônus de elevado rendimento. Um destes fundos, com US\$ 75 milhões para investir, foi iniciado em novembro do ano passado, pela Merrill Lynch, um banco norte-americano de investimentos.

No entanto, o que atia principalmente o apetite dos operadores são os US\$ 30 bilhões e US\$ 40 bilhões que o FMI e o Banco Mundial dizem que irão comprometer com os acordos de redução da dívida nos termos do Plano Brady no decorrer dos três próximos anos. Essas quantias deverão servir para manter o mercado em movimentação.

Até metade do dinheiro novo provavelmente será utilizado para o financiamento dos acordos da recompra da dívida dos países. Isto, evidentemente, significa doces lucros para os investidores mais astutos.

Estes acordos formais de

recompra reforçam uma tendência mais discreta que tem impulsionado as atividades no mercado secundário: o fato de os países estarem se utilizando dos seus estoques de moedas fortes para recomprarem, na surdina, as suas próprias dívidas externas. Em 1989, os países do Terceiro Mundo recompraram suas dívidas num valor de aproximadamente US\$ 30 bilhões.

Outra decorrência do Plano Brady para os negociantes é o ressurgimento das trocas de dívida por reinvestimento. Essas trocas ajudaram consideravelmente o crescimento do mercado das dívidas do Terceiro Mundo em meados dos anos 80. Mas temores referentes à inflação fizeram com que países como o Brasil e o México cancelassem os seus planos. Agora, essas trocas voltaram a ser oferecidas como parte integrante das negociações referentes à redução da dívida. O acordo mexicano incluiu conversões de dívida em investimentos no valor de US\$ 3,5 bilhões.

Outro ponto positivo é a maior amplitude que os bancos japoneses atualmente têm para lidar com os US\$ 30 bilhões de suas dívidas do Terceiro Mundo.